

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Prova Final

BRAGANÇA

Transformações Urbanas de uma Cidade

Daniela de Almeida Rebelo

Outubro de 2008

BRAGANÇA

Transformações Urbanas de uma Cidade

Daniela de Almeida Rebelo

Tese apresentada à disciplina de Prova Final da Licenciatura de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Arquitectura.

Orientador: Arquitecto Adelino Gonçalves

Coimbra, Outubro de 2008

Agradecimentos:

Ao Orientador, Arquitecto Adelino Gonçalves,
pela constante disponibilidade, flexibilidade, compreensão e pelas observações objectivas, assertivas e «reductoras» no sentido de *descomplicar* muitas particularidades que, por força dos «verdes anos», teimava em complicar.

Ao Arquitecto Walter Rossa,
pelo despertar do interesse pela História do Urbanismo Português, com outra dinâmica.

À Câmara Municipal de Bragança,
pelo total acesso ao material «disponível» no próprio Arquivo, mas em especial às responsáveis pelo arquivo, Dr.^a Alda Berenguel e Dr.^a Sónia Neves, sempre disponíveis para auxiliarem em mais uma busca aparentemente impossível.

Aos Amigos,
que são a família que escolhemos e sem cujas palavras de apoio ou votos de crédito, tudo seria mais difícil.

E por fim, mas, de todo, não por último,

À Família,

pelos infindáveis e incontáveis sacrifícios...

Resumo:

O objectivo que estabeleci para a Prova Final foi aprofundar um tema que foi abordado nos últimos anos curriculares e que me despertou especial interesse. O tema prende-se ao estudo das transformações urbanas na cidade de Bragança ao longo do seu desenvolvimento. Entendi que este trabalho, resultado de uma ampla pesquisa, me oferecia uma óptima oportunidade para o aprofundar. Apesar do regulamento da Prova impor limites quanto à sua dimensão, aproveitei a oportunidade para estudar além do que apresento neste texto. Todo o processo inerente à formação e continuidade desta cidade revelou-se muito complexo e ramificado e reunindo imensos aparelhos jurídicos, administrativos, legislativos, entre outros. Precisamente por isto se revelou tão interessante e estimulante. Por outro lado, devido a esta mesma complexidade, não foi possível explorar muitas questões pertinentes que este tema levanta, uma vez que algumas destas reúnem informação suficiente para a realização de outra prova.

O texto apresentado subdivide-se em duas partes. Uma primeira, *Crescimento Urbano*, que documenta o crescimento da cidade até ao século XIX; e *Planeamento*, que aborda essencialmente o século XX e prolonga-se até aos dias de hoje. Esta divisão não subentende uma mudança repentina no modo como a cidade cresceu, uma vez que todas as transformações têm a sua gestação e fases de transição. Apesar de, como muitas cidades, Bragança se apresentar como uma cidade fragmentada é fruto de um processo contínuo. A sua história é ininterrupta. A mesma foi seguindo e respondendo discutivelmente, melhor ou pior, às necessidades da sua população e acompanhando as alterações ocorridas na sua história. O que pretendo é evidenciar a mudança de mentalidades, competências e

instrumentos, ocorridas neste último século. A cidade nunca cresceu ao acaso. Sempre existiram lógicas que justificaram ou explicaram o seu progresso. A novidade do século XX é o formato que estas mesmas lógicas apresentam e as preocupações que manifestam. A cidade começa, progressivamente, a ser pensada como um todo, como um organismo vivo que além de crescer também precisa de se regenerar e manter saudável. Esta nova mentalidade é acompanhada de novos instrumentos de Planeamento, os Planos.

Deste modo, o trabalho compreende o desenvolvimento da cidade de Bragança desde a sua fundação até à actualidade, com particular incidência no século XX. Até ao século XVIII já havia estudado o seu crescimento, no âmbito da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa, no Ano Lectivo 2006/2007, ainda que sob uma perspectiva diferente.

Para acompanhamento do texto, no final do trabalho existe uma planta actual da cidade de Bragança, desdobrável, na qual estão identificados alguns bairros e a toponímia principal da cidade.

Índice:

1.	Introdução.....	1
2.	Crescimento Urbano.....	4
2.1.	Fundação Século XII Século XIII.....	5
2.2.	Século XIV Século XV.....	12
2.3.	Século XVI Século XVII.....	18
2.4.	Século XVIII Século XIX.....	26
3.	Planeamento.....	32
3.1.	Século XX.....	34
3.1.1.	Década de 10 Década de 20.....	36
3.1.2.	Década de 30 Década de 40.....	40
3.1.3.	Década de 50 Década de 60.....	48
3.1.4.	Década de 70 Década de 80.....	54
3.1.5.	Década de 90.....	62
3.2.	Século XXI.....	66
4.	Conclusão.....	75
5.	Bibliografia.....	81

1. Introdução

Localizada no Nordeste Transmontano, a cerca de 700 metros de altitude, a cidade de Bragança é envolvida por montanha ao longo de um território que se estende da Serra do Gerês aos penhascos do vale do Douro, e dos contrafortes da Serra do Marão até às Terras de Miranda, a cidade que é caracterizada pelo seu isolamento geográfico, também usufrui de qualidades únicas e compreende traços culturais muito diversificados. Determinadas especificidades que resultantes da interioridade, ilustram que o isolamento nem sempre foi sinónimo do peso negativo que se lhe atribui. Esta cidade, como tantas outras do nosso território, é testemunho de várias *Braganças* que se foram acumulando como fruto do ininterrupto aperfeiçoamento pelos homens que dela fizeram parte e que deixaram um legado patrimonial urbanístico vasto. Apesar dos passados atentados e invasões e da actual e elevadíssima capacidade de destruição do Homem, persistem traços bem definidos e detectáveis de distintos períodos da história do seu urbanismo, que me proponho a analisar ao longo deste trabalho.

O interesse pelo estudo do tema do Urbanismo, na cidade de Bragança, surge a partir do estudo já referido, desenvolvido na disciplina de História da Arquitectura Portuguesa. A par da realização deste trabalho, tive a oportunidade de ter um contacto, ainda que sucinto e breve, tendo em conta a complexidade e a amplitude do tema, com o que de facto é e representa o Urbanismo nas cidades portuguesas. Deste modo, poderei dizer que me predispos a estudar e investigar sobre uma questão que não me era, de todo, familiar.

A escolha da cidade deveu-se à sua peculiaridade. Conheci Bragança como fugaz mas pontual turista, já com as intervenções

realizadas no âmbito do Programa Polis, praticamente concluídas. E cativou-me pela diferença paisagística e dimensão.

A investigação teve como início uma análise geral da bibliografia que enumero. Com esta, tive contacto pela primeira vez com diversa legislação desde Decretos-Lei, até às menos *imposicionistas* e mais *recomendativas* Directivas Europeias e demais doutrinas Internacionais. Tive também oportunidade de analisar opiniões distintas sobre os factos que constituem a História do Urbanismo.

Numa segunda fase, procedi à tradução gráfica da informação teórica, que considero enriquecedora desta Prova, dedicando-me a um trabalho que se pode considerar laboratorial. A maior parte da informação obtida relativamente à cidade, e as principais ideias e interpretações nas quais se baseiam os desenhos, foram recolhidas no Arquivo da Câmara Municipal de Bragança. Neste sentido, justifico termo *laboratorial* com o processo de trabalho constituído pela análise de todo o tipo de documentação disponível relacionada com os Planos que foram elaborados e/ou realizados. A construção gráfica foi executada em grande parte a partir de interpretações próprias, resultantes do processamento de alguns desenhos formais, poucos, muitos textos soltos, breves referências a memórias descritivas e sobretudo muita correspondência. Foram poucos os elementos que pude recolher e traduzir nos desenhos com total certeza, daí a hipotética margem de erro, que não devo deixar de referir. Outro factor que pode ter induzido à falta de rigor, que seria desejado, é o modo como os desenhos são apresentados. Por não querer repetir a representação de manchas, característica do zonamento funcional dos PDM (Plano Director Municipal), os desenhos apresentados procuram ilustrar a expansão urbana através do progressivo aumento da construção edificada.



Imagem 01 – A Cidadela de Bragança, vista Norte

Esta é representada cronologicamente, embora possa ter sido sujeita a alterações, ou mesmo demolição. Deste modo, possivelmente foram aglutinados aos períodos de referência ocupações que não pertencem aos mesmos, ou por imprecisão da suposição, ou por renovação/reabilitação naturais num organismo em constante mutação como é a cidade.

Os desenhos tiveram como base um levantamento aerofotogramétrico digital de Bragança, obtido dois anos antes do início deste trabalho. A utilização desta planta desactualizada deveu-se à indisponibilidade de outra mais recente, o que pode justificar algumas imprecisões. As primeiras tarefas foram no sentido de organizar este levantamento, um complexo desenho em formato digital, no qual diversos *layers* eram coincidentes. Contudo, as plantas apresentadas não assentam apenas em erros e perante o material que foi analisado, procurei ser tão rigorosa ou tão próxima da realidade quanto os documentos permitiram.

Como em qualquer pesquisa que implique um recuo cronológico mais longo do que algumas décadas, foi difícil obter informação relativamente a determinados períodos. Não me refiro à eventual obstrução do material existente, pois foi-me permitido acesso a todo o material disponível. No entanto existem em maior quantidade referências à existência de Planos, do que descrições ou cópias dos mesmos.

Com uma escala própria, resultado do seu particular processo histórico e geográfico, esta cidade suscita questões de especial interesse. Num primeiro momento o trabalho tinha como objectivo focar a cidade de Bragança a partir do momento em que existe planeamento urbanístico, como é mais comumente entendido. Isto é, quando as cidades no nosso território começam a ser pensadas com instrumentos próprios – mais ou menos normativos; mais ou menos vinculadores de um desenho urbano –

dirigidos à cidade no seu todo e não [só] a extensões urbanas. O processo histórico não foi preterido, foi antes abordado objectivamente como contextualização dos fenómenos da urbanização, acumulando igualmente a função de suporte e arquétipo teórico.

Poderia dizer que depois algum tempo dedicado a este trabalho, o mesmo ficou muito aquém das minhas expectativas. Por outro lado, parecia um pouco presunçosa se pensasse que em apenas um ano lectivo, e dado o formato da Prova, era possível abordar um tema complexo como este, em todas as suas frentes e competências. Nesse sentido, e muito longe da bagagem necessária para estar à vontade com o universo do Urbanismo, ousou afirmar que aprendi muitíssimo. Aprendi que não é apenas pela leitura e interpretação das monografias, por assim dizer, inquestionáveis, que podemos almejar um enriquecimento pessoal, e se me é permitido utilizar a expressão: profissional. Acima de tudo, e apesar das dificuldades de dispensável referência, foi um tema gratificante, abordado com prazer.

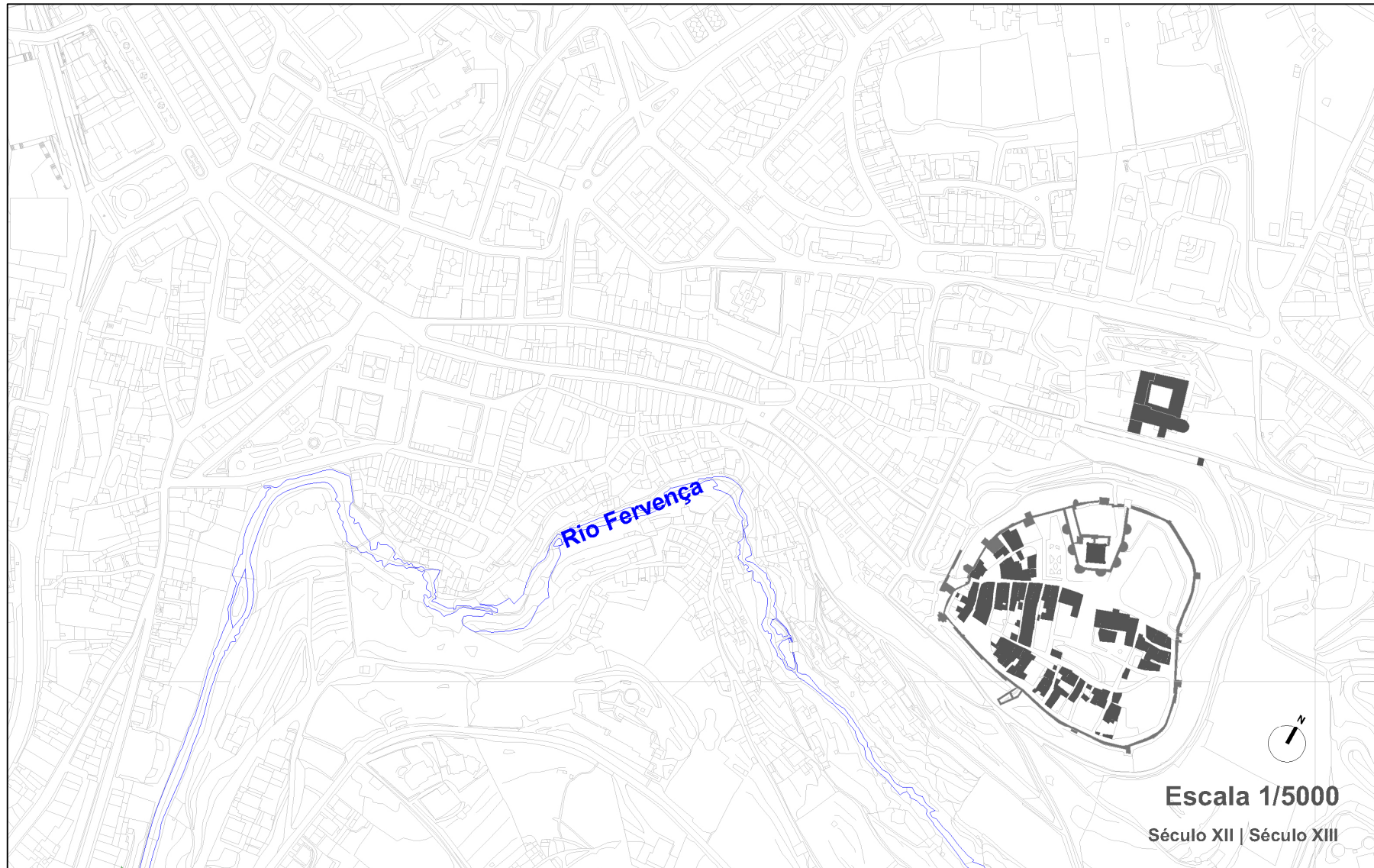


Imagem 02 – À excepção do Convento de São Francisco, a povoação ainda se encontrava dentro do recinto muralhado.

2. Crescimento Urbano

2.1. Fundação | Século XII | Século XIII

As origens de Bragança como povoação datam aproximadamente do século X ou XI. No entanto, como muitas cidades portuguesas Bragança ascende a um passado remoto e controverso. Conserva na escolha do sítio, na estrutura e no aspecto, marcas das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida, acumulando vários *layers*, deixados pelos vários povoados. Vestígios arqueológicos e várias teses, quer de carácter popular quer erudito, apontam para a existência de ocupações territoriais em períodos anteriores. As recentes descobertas realizadas nas obras ao abrigo do Programa Polis contribuíram para corroborar algumas hipóteses, e remeter outras a para o estatuto de lenda.

Os testemunhos pré-históricos mais expressivos datam do Paleolítico Superior. São exemplo gravuras de animais que se encontram sobretudo ao longo do Rio Sabor; e alguns sítios e monumentos, tais como “*a gruta de Dine (Vinhais), ou o abrigo designado Buraco da Pala (Mirandela – Serra de Passos ou Santa Comba), onde foram recolhidos numerosos artefactos líticos, cerâmicas, sementes e fragmentos carbonizados de madeira. No mesmo horizonte cronológico, inserem-se antas e mamoas (...).*”¹ Muitos dos artefactos reunidos encontram-se, actualmente, no Museu Abade de Baçal.

As comunidades do Paleolítico Final são caracterizadas como produtoras de alimentos, domesticadoras de algumas espécies animais e

com formas de culto e espiritualidade. Estas aumentaram em número e dimensão no período Neolítico.

As comunidades proto-históricas apresentam uma maior densidade na Terra Fria transmontana, de fundação provável do final da Idade do Bronze. Caracterizadas por castros, são defendidos maioritariamente por fortificações, implantados em locais com amplo domínio sobre o espaço envolvente e sobre os corredores naturais de circulação. Neste período, presume-se terem dominado no distrito de Bragança três comunidades étnicas: a gente *Zoelae*, um dos principais povos do espaço nordestino, cujo território abrangia uma vasta área a leste das cumeadas das serras da Coroa e da Nogueira, incluindo o planalto mirandês; e o povo *Astur* com a capital em Castro de Avelãs; e, ainda uma *civitas* lusitana pertencente ao povo *Baniense*, localizada mais a sul do distrito. Estas comunidades tinham por base uma economia de auto-subsistência e com recursos mineralógicos. A generalidade destes sítios integra-se na Idade do Ferro, embora alguns sejam remetidos para a Idade do Bronze Final. Com uma distribuição irregular, predominam os pequenos povoados, que dificilmente albergavam mais do que uma ou duas famílias extensas e distribuía-se ao longo dos cursos de água partilhando alguns territórios comuns.

A versão mítica “*atribui a fundação da cidade a um lendário rei Brigos, em 1906 a.C., daí lha advindo o primitivo nome de Brigância.*”²

¹ AFONSO, Ana Maria e GASPAR, Diogo, *A Construção de uma Identidade, Trás-os-Montes e Alto Douro*, Bragança: Arquivo Distrital de Bragança, 2002, pp.41

² DOMINGUES, *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana*, pp.96

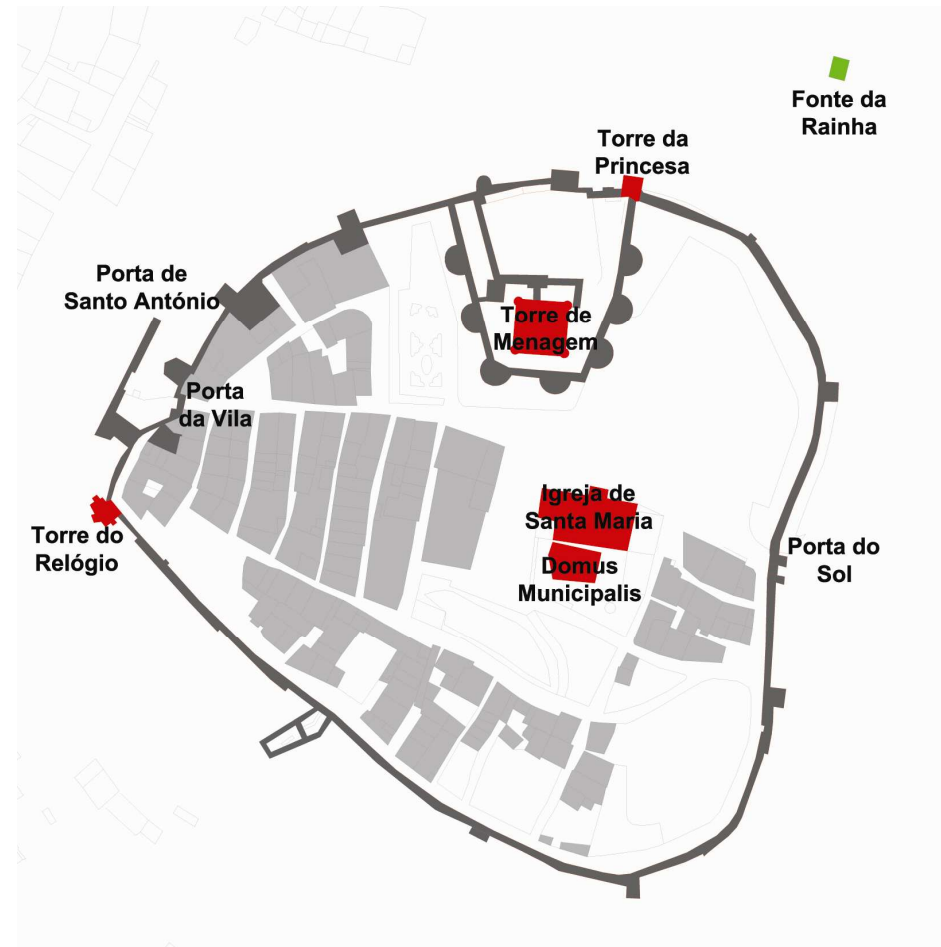


Imagem 03 – A Cidadela

A Romanização nesta região é associada ao início das campanhas do imperador Augusto, que vieram impor o domínio romano cerca de 26 a.C. Durante o Alto Império Romano o Noroeste Peninsular ficou dividido em três *conventus* jurídicos, com sede em três novas cidades: *Asturica Augusta*, *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*. Ocorreu um forte processo de reorganização territorial. Os antigos núcleos fortificados foram abandonados, sempre que a sua localização era pouco favorável e o fundo dos vales foram preteridos em favor dos planaltos. As comunidades indígenas também protagonizaram a transformação económico-social devido à grande capacidade de adaptação, adoptando, inclusive, uma nova economia com base na moeda, coincidente com a “*intensa exploração dos imensos recursos mineiros (ouro, prata, estanho, chumbo)*, [e com o] *aumento da produtividade agrícola, incluindo novas espécies como a vinha e a oliveira.*”³ Neste novo quadro de ordenamento territorial foi estabelecida uma ligação principal que atravessava o norte do actual território português e unia Braga (*Bracara Augusta*), Chaves (*Aquae Flaviae*) e Astorga (*Asturica Augusta*). A cidade de Bragança é praticamente um ponto médio viário entre as estas cidades e tendo em conta as actuais características do traçado das vias, é fácil especular que esta ligação poderá ser próxima da romana, e da qual Bragança foi naturalmente usufruidora. O período de ocupação romana deixou inúmeros vestígios só revelados nas recentes escavações, os quais são influentes indicadores no modo como se pode interpretar a evolução do aglomerado.

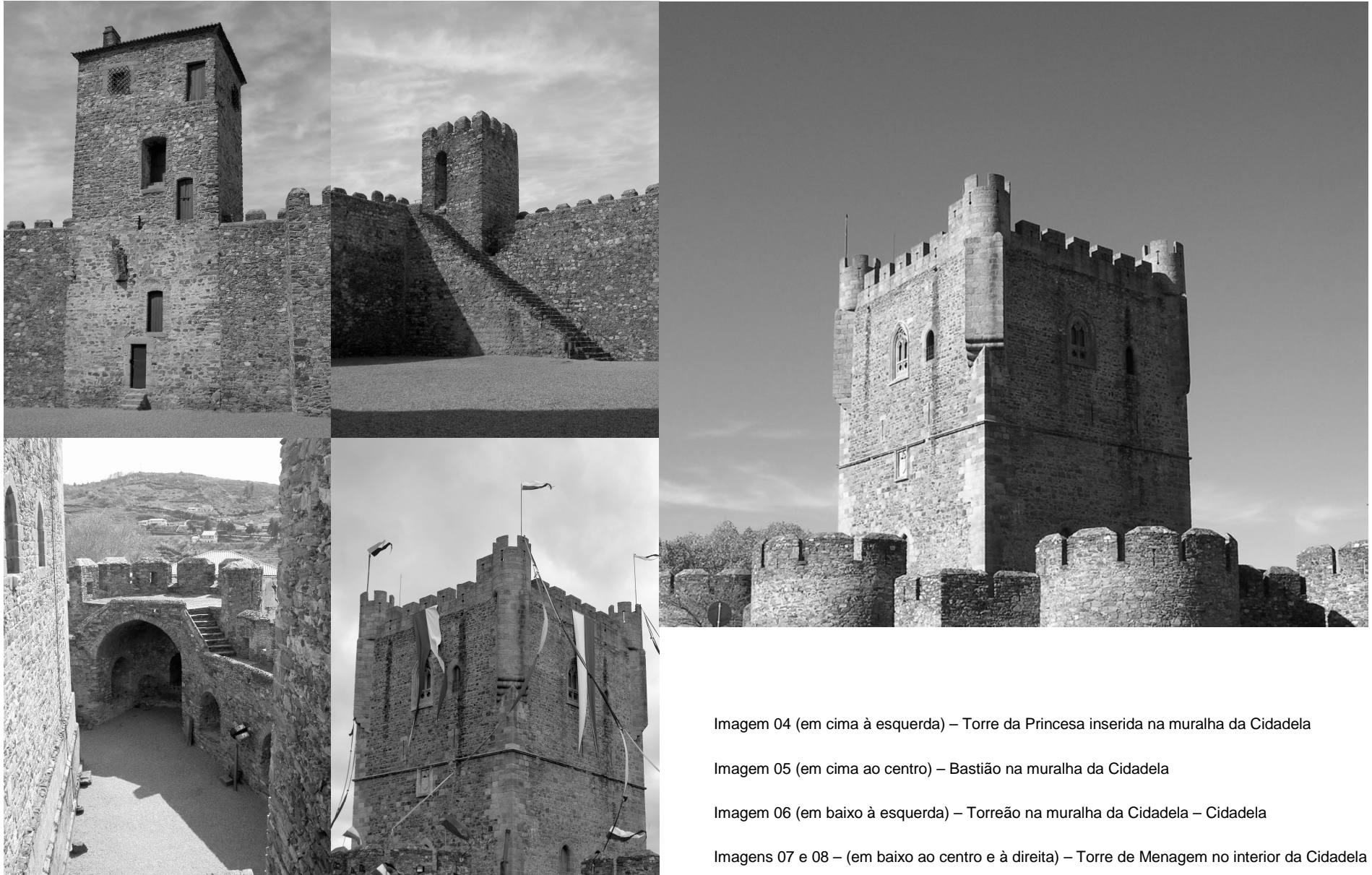
Com base “*bem documentada, duma comunidade cristã em Astorga no termo da perseguição do imperador Décio, entre 243 e 251*”⁴ aponta-se a hipótese da presença de um núcleo cristão nesta região no século III, apesar de o Cristianismo ter sido evangelizado predominantemente a partir de meados do século IV.

Do período de domínio dos povos bárbaros – os suevos e os visigodos – surgiram as primeiras referências a um antepassado toponímico de Bragança. As actas do Concílio ou Assembleia Eclesiástica de Lugo, datadas de 569 d.C., documentam a designação de *Vergancia* e, posteriormente *Bragantia*, e em 666 d.C., e ainda a denominação de *Bregancia*, uma das doze paróquias correspondentes às *pagi*, núcleos demográficos mais reduzidos e dispersos. Estas paróquias originaram as terras ou *arcediagados* do final do século XI.

Esta região foi merecedora de especial atenção a partir do século XII, após o avanço e Reconquista até ao Douro pelos Condes Portucalenses, por D. Afonso Henriques e, conseqüente, pelos seus sucessores, em resposta ao desassossego causado pela invasão árabe, que acontecera cerca de 711. A partir deste momento compreendeu-se a necessidade de povoamento desta extensa região.

³ DOMINGUES, *op. cit.*, pp.96

⁴ AFONSO e GASPAR, *op. cit.*, pp.88



Nos séculos XI e XII, segundo os Livros de Linhagens, existiu a família dos *Bragançons*, com sede provável em Castro de Avelãs. D. Fernão Mendes, um dos *Bragançons* mais ilustres, teria raptado e casado em segundas núpcias com D. Sancha, filha de D. Henrique e D. Teresa, tendo desempenhado um papel importante na nova fundação, em 1130, e na defesa desta região, “depois de a ter encontrado arrasada e despovoada, na sequência de lutas entre mouros e cristãos.”⁵ Ainda segundo os *linhagistas*, teria sido a ausência de descendência deste casamento que terá conduzido Bragança a propriedade da coroa. O século XII havia sido marcado pela fundação do Condado Portucalense, marcado pela fundação de uma nação suportada espacialmente pelo fixamento de novos povoados. Nação essa cuja linha de fronteira se viria a definir em meados do século seguinte, em 1297, com o tratado de Alcanices, durante o reinado de D. Dinis, devido às preocupações causadas pelas tensões com o rei de Castela.⁶

Bragança, caracterizada como uma cidade fronteiriça, de defesa e consolidação dessa fronteira é desenvolvida, em grande parte, à custa do esforço monárquico em privilegiar a fixação de povoação na mesma. Devido à sua função vocação mais militar do que comercial, a sua importância terá crescido com as discórdias inerentes à formação do novo reino. Neste

sentido, pela sua importância estratégica e para aumentar a área do povoado já existente, escreveu-se que D. Sancho I efectuou uma troca com o Mosteiro de Castro de Avelãs, recebendo a Quinta de Benquerença, propriedade dos monges de Castro de Avelãsⁱ. Este revelou-se o local escolhido para se restaurar a primitiva Bragança, atribuindo privilégios especiais à colónia para lá enviada, através do foral concedido em 1187. Ainda no século XII, a cidade já se desenvolvia dentro de uma muralha, mandada erigir por já por D. Sancho I. Esta protegia a população, mas viria a condicionar o seu crescimento. Este núcleo central encontrava-se implantado no topo de uma colina, defendido naturalmente entre o rio Fervença e um planalto que o separava do domínio de Castela. A sua localização estratégica tornava o aspecto e a importância das fortificações uma preocupação constante já que perante Castela, a Cidadela era uma praça-forte que representava um reduto militar fronteiriço entre as duas soberanias.

A muralha era a primeira grande estrutura de afirmação e identificação da cidade medieval, que se dedicava essencialmente à conquista e defesa. Na eminência do constante alerta de guerra esta cintura defensiva reflecte o esforço *urbanizador* dos seus povoadores associando o poder do povo conquistador à identidade da própria cidade.

Nos meados do século XIII a cidade restringia-se à Cidadela, contando-se quatro freguesias: Santa Mariaⁱⁱ, São Tiagoⁱⁱⁱ, São João^{iv} e São Vicente^v, e entre elas a orgânica do sistema viário encontrava-se disposta de modo a não impedir as patentes movimentações bélicas.

⁵ PROGRAMA POLIS, pp.17

⁶ “(...) alguns mosteiros galaico-leoneses, diversos nobres e outros particulares castelhanos (...) pretendiam fazer recuar a fronteira para território português e, não contentes com isso, cultivavam e exploravam terras em Portugal, levavam os frutos para Castela e, com uma sobranceira impressionante, não pagavam aos nossos reis o que lhes era devido. D. Dinis decidiu pôr cobro a tais atitudes e optou por fixar, ao longo da fronteira (...) um conjunto de pequenos núcleos de povoadores (...)” AFONSO e GASPARG, *op. cit.*, pp.48



Imagem 09 – Porta da Vila



Imagem 10 – Porta do Sol

A Cidadela é dividida por um eixo principal, intra-muros, que estabelece a ligação entre as duas entradas principais, que pode ser interpretado como um *decumanus maximus*, pela orientação – Este: Porta do Sol e Oeste: Porta da Vila – e pela sua função como eixo ordenador no desenho da malha urbana. Este divide a planta da Vila em dois núcleos, uma parte referente ao Castelo, onde se localiza a Torre de Menagem^{vi}, e outra dedicada à urbe e aos edifícios de uso público tais como a *Domus Municipalis* e a Igreja de Santa Maria. Na parte onde se encontra o Castelo predomina a construção não densa, mesmo antes da demolição do Quartel do 3.º Batalhão de Caçadores. Já no núcleo habitacional, a ocupação sempre foi densa e desenvolve-se de acordo com um esquema em espinha de peixe. Da rua principal ramificam-se ruas secundárias, muito menores e mais estreitas, mais ou menos paralelas entre si e oblíquas à primeira, seguindo as curvas de nível, sujeitas a uma menor circulação e submissas politicamente. Os registos gráficos mais antigos sobre este núcleo urbano datam dos finais do século XVIII, início do XIX. De períodos anteriores, apenas chegaram aos dias de hoje registos sob o formato de texto.

Existiram construções apoiadas muralha, o que permitia aos habitantes construir as suas habitações com mais estabilidade e menos material. No entanto, em caso de conflito militar – o que se veio a verificar – os proprietários eram obrigados a demolir as suas construções, a fim de facilitarem as movimentações bélicas junto à muralha.

Um ponto de referência na expansão urbana é o Convento de São Francisco^{vii} datado do século XIII e localizado fora do perímetro da cerca da Cidadela, a Norte, e a uma cota significativamente inferior, o que por motivos de insolação não oferecia grande atractividade para uma eventual vizinhança. Porém, com o crescimento do arrabalde, passou a estar

integrado na malha urbana que se foi expandindo nos séculos XIV e XV, ainda que como elemento urbano limítrofe.

As ordens religiosas revelaram-se um elemento de grande importância na ocupação e organização do território. A ordem predominante em Trás-os-Montes era a Ordem do Hospital^{viii}, sediado no Castro.

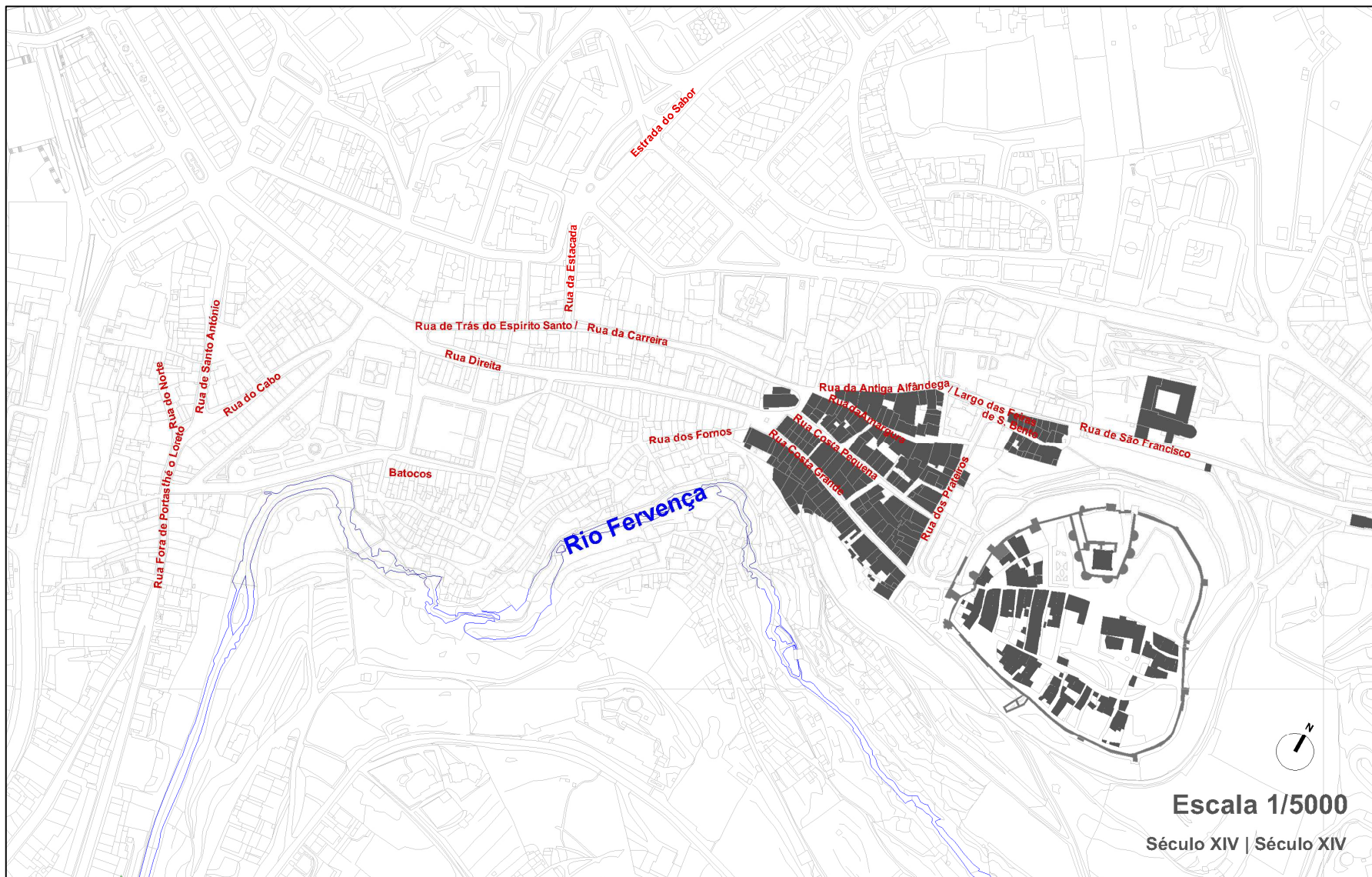


Imagem 11 – A cidade ultrapassou a barreira física constituída pela muralha militar e a povoação expande-se para o arrabalde.

2.2. Século XIV | Século XV

Em pleno século XIV, Portugal encontrava-se num período de crise. A par do problema de sucessão monárquica com a morte de D. Fernando, a calamidade de Peste Negra matou cerca de um terço da população do território nacional. Foram vários os conflitos com Castela, que não cessaram com a aclamação de D. João I. Entretanto e devido a essas mesmas contendas, é detectável, em Bragança, uma primeira fase de desenvolvimento até meados do século XIV e uma fase seguinte, até ao final do século XV, na qual são notórios os sintomas de recessão e contracção económico-social.⁷

Ainda no século XII, no sentido de colmatar a debilidade económica pela qual a região atravessava é concedida a Bragança uma feira anual. Como reforço deste interesse, na segunda metade do século seguinte, mais precisamente em 1383, D. Fernando concede à Vila a Carta de Feira Franca, característica do período medieval. Com duração de um mês revelou-se fomentadora da economia local. Aquando da sua ocorrência existia uma paz de circunstância, a *paz de feira*, que proibia toda a disputa ou vingança, ou todo o acto de hostilidade, sob penas severas em caso de transgressão. Entre os privilégios que mais favoreceram o desenvolvimento das feiras destacaram-se a isenção do pagamento de direitos fiscais pelos feirantes, tais como portagens e *costumagens*.

No decorrer dos séculos XIV e XV, a muralha medieval da Vila, outrora símbolo de protecção e soberania, já não era sinónimo de prosperidade, mas sim de obstáculo à expansão demográfica e urbanística. Querendo crescer, a cidade seguiu os impulsos lógicos da sua situação topográfica, saindo do núcleo amuralhado e descendo a encosta seguindo a sugestão da topografia, respeitando as barreiras naturais e essencialmente as barreiras políticas. Deste modo, e devido ao aumento demográfico, à estagnação do núcleo medieval e às aspirações económicas e industriais, a população começou a fixar-se no arrabalde. Deu-se início ao desenvolvimento da cidade além da Cidadela, restringida na sua cerca militar, caracterizada por uma organização medieval, que não permitia mais construções no seu interior devido à compressão do núcleo edificado, que foi sofrendo lapidações de ordem bélica.

A cidade cresceu então para fora da muralha deixando bem visível uma diferença de estilo própria da sua diferença cronológica. Esta formação exterior é caracterizada e regeu-se por outros valores. Reflectiu uma maior abertura consequente da ampliação crescente dos limites urbanos. Os novos arruamentos, todos conduzem à Porta principal da Cidadela, não seguindo as curvas de nível. É importante notar que no século XIV os interesses económicos e de segurança procuraram preservar a população no interior do recinto fortificado, daí a centralidade da Cidadela e todas os equipamentos importantes estabelecerem ligação com esta.

⁷ “As terras de Bragança pertenceram à coroa até ao reinado de D. Fernando, que as deu como dote de casamento de Joana Teles de Menezes (irmã bastarda da rainha D. Leonor Teles), a João Afonso Pimentel. Este, passa-se para o partido de Castela, mantendo Bragança até 1410 em poder de Castela, data em que regressa à coroa. Pouco depois, já como ducado e elevada a título nobiliárquico (Casa de Bragança) é doada pelo regente D. Pedro a D. Afonso.”
in PROGRAMA POLIS, *op. cit.*, pp.17



Imagem 12 – Antiga Rua Direita (ao fundo a Cidadela)

Imagem 13 – Antiga Rua Direita (ao fundo a Sé)

O sistema viário do arrabalde é constituído por uma série de ruas, perpendiculares à topografia, hierarquizadas pelas ligações que estabeleciam ou pelas funções que representavam, complementadas por uma série de travessas e vielas. A rua é o elemento dinâmico que permite orientar e caracterizar o crescimento da cidade. A rua da Costa Grande surge como um elemento fundamental na ligação da Praça de São Vicente à Cidadela, reflectindo a ligação entre o poder civil e o poder militar. Este eixo é complementado pelas ruas da Costa Pequena e da Amargura, paralelas mas desniveladas. Estas ruas vão convergir na rua dos Prateiros que conduz à Cidadela pelas Portas de Santo António e da Vila. Fica, assim, completa a ligação dos três núcleos fundamentais desde a Praça de São Vicente passando pela Praça de São João até à Cidadela. Outro percurso alternativo passaria pela rua da Alfândega, ligando São Vicente e São João, continuando pela rua de São Francisco, ligando ao Convento do mesmo nome e terminando na Porta do Sol.⁸

O crescimento da cidade, perante o *senso comum* aparentemente orgânico e espontâneo, segue uma lógica que se traduz por *ligações-chave*. Na minha opinião foi a materialização das ligações dos núcleos religiosos à Cidadela que foram desenhando a matriz da cidade. Tendo em conta que a estes núcleos religiosos estavam associados às principais praças, conseqüentemente, os principais núcleos económicos, administrativos e religiosos. À medida que a cidade cresce são, de facto, afirmadas as Praças, que vão delimitando progressivamente os limites da sua expansão,

mas a ossatura fundamental da cidade é representada pelo sistema viário decorrente do seu crescimento.

O século XV é marcado pela conquista do mundo marítimo, pela descoberta do mundo desconhecido. Impedidos por Castela de aumentar o seu território na Península Ibérica, restava aos Portugueses o caminho do mar. Contudo não podia ser descurada a defesa da linha fronteira terrestre, na qual Bragança tinha um papel importante.

É ainda no final do século XV que D. Manuel I sobe ao trono e decide continuar a empresa dos descobrimentos a par da avulsa tentativa de reformar o reino. Através da criação de instrumentos unificadores de carácter estatal, assim como a compilação e revisão da legislação, são publicados Novos Forais, reformados os antigos e concedendo novos. A «*urbanidade emergente*» resulta na reestruturação e refundação de cidades e vilas por todo o reino.

Os esforços monárquicos por fixar povoadores em Bragança passaram por conceder repetidamente privilégios aos mesmos. Depois da concessão de uma feira franca “*autoriza-se, em 1439, a que ‘possam morar dentro da Vila até 50 hominizados...’ e em 1454 é criado um couto para 200 hominizados que quisessem ir habitar Bragança ‘para ficar melhor povoada’ e defendida.*”⁹

⁸ Estas referências toponímicas são os nomes de época. Foram entretanto alteradas a partir do início do século XX.

⁹ AA. VV., *Bragança – um olhar sobre a cidade*, pp.27

Os judeus foram um grupo étnico que se destacou no progresso da cidade neste período. Após expulsão de Espanha por parte dos Reis Católicos, dirigiu-se para esta região um contingente com cerca de três mil pessoas que representaram capital e trabalho na cidade. Neste contexto social ocorreu o lançamento das bases de algumas actividades industriais, entre elas a sericultura, as ferrarias, os curtumes e as tinarias.

Contudo, ainda se sentiam dificuldades, por isso, D. Manuel concede isenção alfandegária a todos os mantimentos, cuja grande parte era proveniente de Castela, o que revela a intensidade do contacto e a importância da urbe como pólo de transacções comerciais do Norte Interior.

O aumento da população é acompanhado com a necessidade de aumentar a defesa limítrofe da cidade, e é neste contexto que surgiu a precisão de uma nova e mais abrangente muralha, que envolvia o arrabalde, de nascente para poente e cujo objectivo, além de defender, passava por impulsionar o desenvolvimento do burgo. É também neste período que ocorreu a elevação da Vila de Bragança a Cidade, demarcando-se como a primeira vila a ser elevada a cidade sem preencher o requisito principal da época que era o facto de ter uma Sé, isto é, ser sede de bispado.¹⁰

¹⁰ “A história da elevação da cidade está ligada à poderosa casa dos Duques de Bragança (...). Em 1442, D. Pedro, regente do reino, dá a vila de Bragança a D. Afonso, conde de Barcelos. Assim se institui o ducado de Bragança. D. Afonso, filho ilegítimo do rei triunfador D. João I, que havia casado com a filha de Nuno Álvares Pereira, era senhor de um vasto património e um dos mais poderosos magnatas do reino.”¹⁰

“Os duques de Bragança, que se haviam eximido à Lei Mental, poderosos entre os poderosos, pretendem rivalizar em títulos, privilégios e poder com os filhos legítimos de D. João I (D. Pedro, duque de Coimbra e D. Henrique, duque de Viseu) e os seus descendentes. Por alvará de 20 de Fevereiro de 1464, a pedido de D. Fernando (2.º duque, filho de Afonso), que se encontrava em Ceuta a acompanhar o rei D. Afonso V, é concedido à vila de Bragança

“O crescimento da malha urbana ‘chegava já à Praça da Sé nos finais do século XV’. Nos meados de XVI ‘atingia já o Tumbeirinho, parte da rua Fora de Portas, rua Nova e Picadeiro’. (...) Em meados do século [seguinte] teria sido construída a ‘a fiada de casas que há na praça das Eiras do Arcebispo’, hoje dita Camões. Tais construções são justificadas pela falta de habitações. (...) Por esta altura, já a rua do Espírito Santo ‘devia alcançar à Praça da Sé assim como a rua Direita’.”¹¹

A Praça de São Vicente foi o primeiro ponto atractivo para a população, apesar do seu carácter religioso, não só porque envolvia a Igreja de São Vicente, construída no século XV e pertencente a uma confraria muito rica, mas também porque se encontrava ladeada de edifícios de carácter civil, militar e religioso muito importantes, que ao longo dos séculos ali se foram fixando, tais como a Casa da Alfândega – a partir de 1781, a Casa da Mitra ou Paço Episcopal, o Corpo da Guarda Principal e a Cadeia Civil. Toda a orgânica da cidade estava ligada a esta praça.

Neste século surgiram os símbolos da nova centralidade quinhentista. No final da Idade Média, as cidades portuguesas, assim como a cidade de Bragança, ultrapassaram os limites das muralhas estendendo-se sobre os leitos dos rios mais próximos e consolidando as baixas. Reforçou-se a cidade burguesa e mercantil e surgiram as novas afirmações de centro – as

o ‘foro da cidade’. (...) o rei vai condescender, assim, ‘com a emulação do duque (...) que considerava mais prestigante ser duque de uma cidade do que de uma vila’. (...) Para esta promoção foram essenciais o poder e a influência dos duques.” in AA. VV., *Bragança – um olhar sobre a cidade*, pp. 25

¹¹ *Idem*, pp. 27

praças – um espaço modelador e gerador de vida urbana. Estes espaços foram conferidos pela definição dos programas arquitectónicos que os envolviam, na sua grande maioria de carácter religioso, e resultantes do cruzamento das artérias urbanas de maior importância. A dicotomia entre alta e baixa sobressai. A alta é associada ao poder militar, à defesa da cidade e ao poder régio; a baixa, por sua vez, é associada à protecção religiosa, às ordens mendicantes, ao poder civil e mercantil.



Imagem 14 – Bragança expande-se para Oeste. Assiste-se a um maior dinamismo urbano acompanhado da construção e remodelação de vários equipamentos religiosos.

2.3. Século XVI | Século XVII

No século XVI e XVII o arrabalde já oferecia melhores condições e a população terá preferido fixar-se no exterior da cerca medieval. A Cidadela passou definitivamente a ser um símbolo militar, mais do que um elemento activo no desenvolvimento da cidade. O arrabalde surgiu a oeste da cidade, tendo a sul o rio Fervença como limite natural e a norte o planalto que a separava de Castela. O aglomerado começou a formar-se aproveitando os declives do terreno como protecção das condições climáticas rigorosas. Os primeiros núcleos organizaram-se em torno dos pontos religiosos, onde se realizavam as feiras e a partir dos quais era possível um rápido acesso à Cidadela pelas portas de Santo António e da Vila. As portas desempenham então um papel fundamental na orgânica da cidade, tanto pela sua função prática, de entrada e saída de pessoas e mercadorias, como pelo facto de serem o local, de passagem obrigatória para cobrança de impostos e taxas, entretanto adoptada. Este aspecto confirmou a tendência quanto à fixação no exterior das muralhas.

Num primeiro momento o arrabalde tende a desenvolver-se em torno da Praça e Igreja de São João. Esta tornou-se a segunda freguesia da cidade, competindo com a de Santa Maria, localizada no interior da Cidadela, e que manteve a sua importância até à substituição por São Vicente, tanto pelo seu significado religioso como económico. Admite-se a hipótese de que numa primeira fase de expansão a população se terá fixado junto à muralha medieval, formando uma série de ruas que foram destruídas durante as remodelações da cerca medieval no século XVII. Posteriormente o crescimento da cidade segue noutra direcção, desenvolvendo-se no sentido de uma outra elevação – do monte dos Oleiros – numa lógica que se baseou em questões de protecção, com

recurso aos meios naturais da envolvente e estratégicas, uma vez que havia uma boa ligação visual entre este monte e a Cidadela.

Neste século constata-se um maior dinamismo e crescimento urbano, perceptível na construção e remodelação de muitas Igrejas, Conventos e casas brasonadas. E ainda com a construção do Colégio dos Jesuítas^{ix} e do Convento de Santa Clara^x.

A Praça do Colégio torna-se muito importante enquanto espaço de representação do poder religioso, estabelecendo um paralelismo com a Praça de São Vicente, que representava a autoridade civil. Entre estas duas Praças surge o eixo viário mais significativo do arrabalde, a típica Rua Direita. Do lado este do Colégio dos Jesuítas surgiu a Eira do Arcebispo, uma praça que pelo seu tamanho, comparativamente às restantes, leva a concluir que estava essencialmente ligada às práticas agrícolas, tais como a secagem de sementes e cereais. Foi nesta mesma praça que foram encontrados recentemente os vestígios romanos já referidos. Sabe-se, ainda, que servia de *toural*, juntamente com a Praça do Colégio.

Unindo as Praças do Colégio e de São Vicente, a Rua Direita está na continuidade da Rua da Costa Grande. Esta estabeleceu um grande eixo entre a nova entrada principal da cidade e articulou o eixo do poder civil ao poder militar – a Cidadela. A ponte das Tinarias ou dos Açougues, nas imediações da Praça de São Vicente passa a ser uma ligação muito importante para os habitantes de Bragança. Permitindo que o rio deixe de ser uma barreira física à expansão da cidade, contribuindo para o seu desenvolvimento. A existência desta ponte irá permitir o posterior desenvolvimento da cidade na outra margem. Além de vir a permitir a ligação para aos terrenos agrícolas que se encontravam na outra margem.

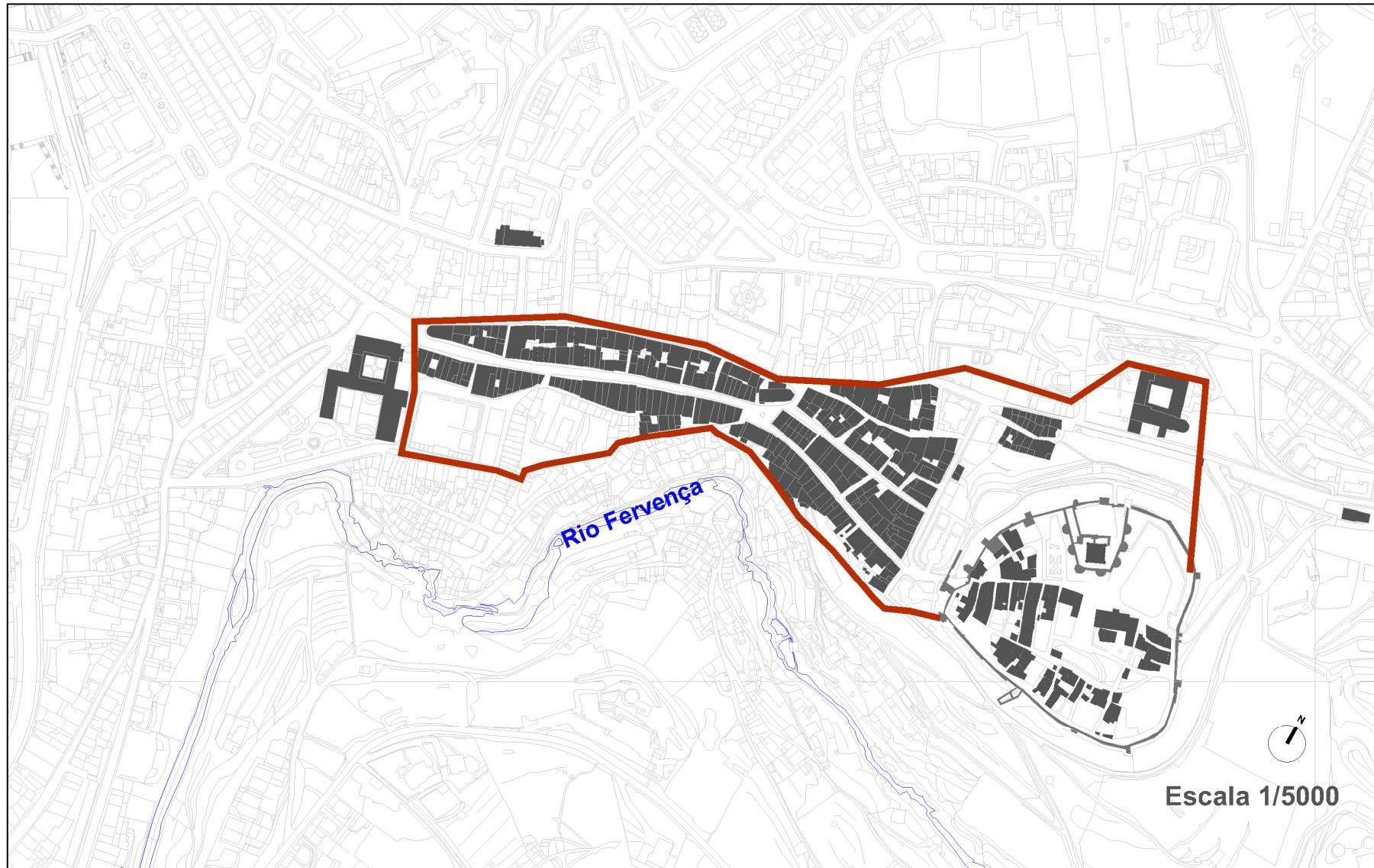


Imagem 15 – Hipótese do traçado da Muralha Manuelina

Este núcleo, além rio, surge ligado às actividades industriais têxteis, aos curtumes, aos moinhos e às tinarias que começavam a instalar-se nas margens.

Outra grande construção religiosa deste século é o Mosteiro de São Bento^{xi}, que se estabeleceu nas imediações do primeiro núcleo da expansão, junto à Igreja de São João e ao Convento de São Francisco.

Ainda no mesmo século, D. Manuel I incumbiu Duarte d'Armas de representar graficamente as fortalezas das zonas fronteiriças. A pertinência desta documentação deveu-se, em grande parte, às muitas terras que estavam sujeitas a interesse comum por parte das soberanias de Castela e Portugal. Estes desenhos foram executados entre 1509 e 1510 e permitem tecer algumas considerações sobre os elementos representados e sobre o estado de desenvolvimento das cidades. As ilustrações da cidade de então confirmam que grande parte da população já esta fora do perímetro amuralhado da Cidadela, sendo visível a importância do arrabalde relativamente à primeira. Na vista de leste, ao fundo está destacado o monte dos Oleiros, onde posteriormente iria surgir o Forte de São João de Deus^{xii}, o mesmo monte para onde a cidade se direccionava. Na mesma representação é perceptível a sua futura importância a nível de estratégico-militar.

Nas gravuras de Duarte d'Armas o arrabalde não tem qualquer barreira defensiva, no entanto existem documentos antigos, entre os quais testamentos, escrituras e citações da época, que atestam a existência de uma estacada no século XVI, também referenciada como muralha ou trincheira. Provavelmente esta cerca foi mandada fazer por D. Manuel I, em consequência da peritagem executada por Duarte d'Armas e dos pedidos da população que se sentia constantemente insegura perante a

proximidade de Castela. Pelos dados fornecidos esta barreira defensiva cercava um perímetro desde o Convento de São Francisco até às Eiras do Arcebispo e era construída em diversos materiais, desde pedra, madeira ou terra. Esta é a descrição apontada do provável percurso desta cerca:

*"Partindo do Convento de São Francisco, onde ligaria à muralha da Cidadela, vinha pouco mais ou menos pelas actuais ruas de S. Francisco, da Alfândega e de Trás antiga Corredoura, até à actual Praça de Sé (...). Aqui faria ângulo em direcção ao rio Fervença pela Praça das Eiras, antigamente chamada Eiras do Arcebispo, até dar no Postigo das Eiras, também dito Calejo ou Travessa do Saco e ainda rua dos Batocos (...). Contornando esta na rua dos Batocos e no cruzamento com a rua dos Quartéis, há um pedaço de muralha, bem como no cimo da rua das Moreirinhas. Aqui inflectia, seguindo a crista militar do terreno, pelos quintais das casas desta rua (...). Marchava seguidamente pela rua do Pontão, (...), a passar junto à cadeia, lado sul, e, subindo pelos quintais das casas da Costa Grande (lado sul), onde abundam claros vestígios de muralha, ia ligar à Cidadela pela altura da Torre do Relógio ou da Câmara."*¹²

Alguns dos vestígios de muralha são detectáveis em alguns destes pontos, especialmente na zona adjacente ao rio. Por outro lado, as fundações de algumas construções ainda existentes, podem ser vestígios de uma muralha setecentista e não da muralha manuelina, visto que pela qualidade dos seus materiais não se manteriam até aos dias de hoje.

¹² RODRIGUES, Alexandre, *op. cit.*, pp. 451

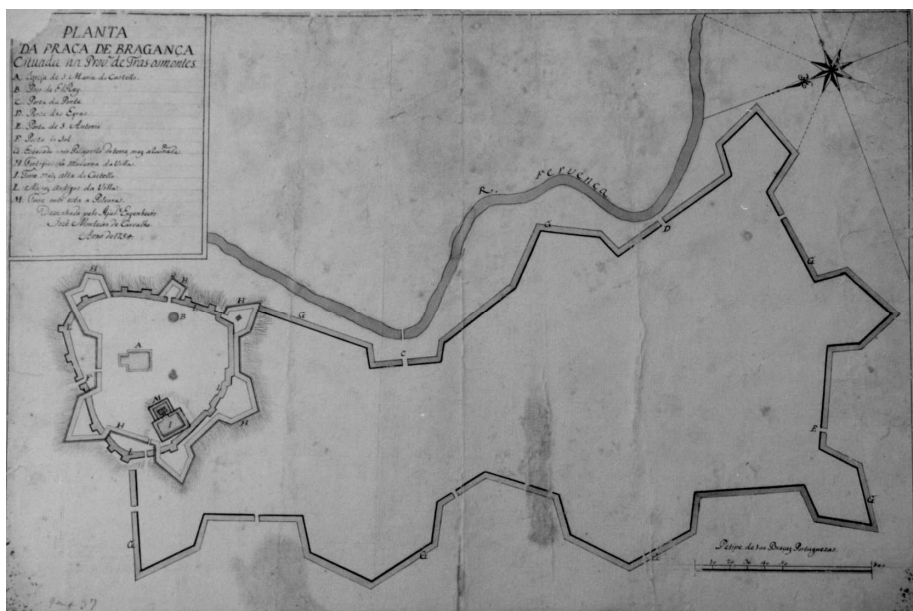


Imagem 16 (em cima, à esquerda) – Desenho de Duarte D'Armas – vista Este da cidade

Imagem 17 (em baixo, à esquerda) – Planta da Praça de Bragança (1754)

Imagem 18 (em cima, à direita) – Zona Ribeirinha

Imagem 19 (em baixo, à direita) – O Arrabalde visto do Castelo

No entanto percebe-se que o perímetro da cerca é já revelador de limites que vão ser notados por muito tempo, visto coincidirem em alguns traços com o possível traçado da muralha do século XVII.

Na transição de Seiscentos para Setecentos, Bragança continuava a ser um importante centro militar, uma vez que contava com dez companhias militares.

Também viria a ser um importante núcleo religioso, uma vez que Miranda, sede de bispado, tinha sido ocupada pelos Castelhanos, deixando a localização da Catedral numa situação vulnerável. No governo do bispo, Dom Frei Francisco Pereira, cerca de 1620, foi, ainda, considerado o facto da maior parte das rendas da diocese provirem de Bragança, e que era demasiado incómodo os Bragançanos deslocarem-se a Miranda, uma povoação demasiado remota, caracterizada por um aglomerado populacional muito reduzido. Nesse sentido iniciaram-se esforços no sentido da transferência. O Rei D. José I, por meio de cartas régias doou o Colégio e a Igreja que tinham sido dos Padres da Companhia de Jesus, vagos pela coroa por causa da sua expulsão, estabelecendo aí a catedral. D. Frei Aleixo recebeu, também, do Rei, autorização para começar a nova Igreja, que o bispo sonhou grandiosa e digna de uma grande catedral. Dessa catedral existem hoje vestígios das fundações além do que, pouco mais terá avançado. Transferida a Sé para Bragança, o seminário veio com ela. Na Igreja dos Jesuítas ficou a catedral e no colégio, o seminário. Aquando da ocupação houve grande constrangimento pela diferença de escalas e conseqüente falta de espaço. A Sé de Bragança, na sua totalidade, tem, sensivelmente, a dimensão de um dos braços do transepto da Catedral de Miranda.

Tendo-se afirmado como capital de Trás-os-Montes, a cidade cujos limites distritais passaram a coincidir com os limites do bispado, conquistou uma conjuntura económica favorável o que resultou no aumento da população e conseqüente expansão da cidade. Sucederam-se novos bairros, periféricos relativamente às indústrias, entre eles o Bairro da Ponte, o Bairro das Moreirinhas e os Batocos, que privilegiam implantações junto aos locais afectos a actividades produtivas e posteriormente à comunicação com o exterior. Esta reunião de acontecimentos deveu-se às grandes quantidades de seda fabricadas, permitindo que muitas indústrias e dependências industriais se fixassem nas margens do rio.

Com a restauração de independência, a crescente dilatação do núcleo construído, que se afastava cada vez mais da protecção da muralha medieval, necessitava de nova organização defensiva que envolvesse toda a cidade. Logo, no decorrer do século XVII, o desenvolvimento da engenharia militar estimulou a implementação de elementos defensivos. É provável que a nova cerca circundasse uma área mais abrangente do que a construída, envolvendo também alguns terrenos agrícolas que, pela pressão urbanística e pela própria barreira que representava a cerca, foram posteriormente urbanizados.

As muralhas da Cidadela foram alvo de reconstrução e adaptação, e, com base numa lógica estratégica militar, foi construído o Forte São João de Deus. Relativamente à construção da muralha da cidade, não existem elementos que permitam saber se foi totalmente executada. Existem, nos documentos já referidos, indicações da construção de uma esplanada e baluartes na muralha do Castelo. No entanto não há dados suficientes que permitam localizar estas referências.

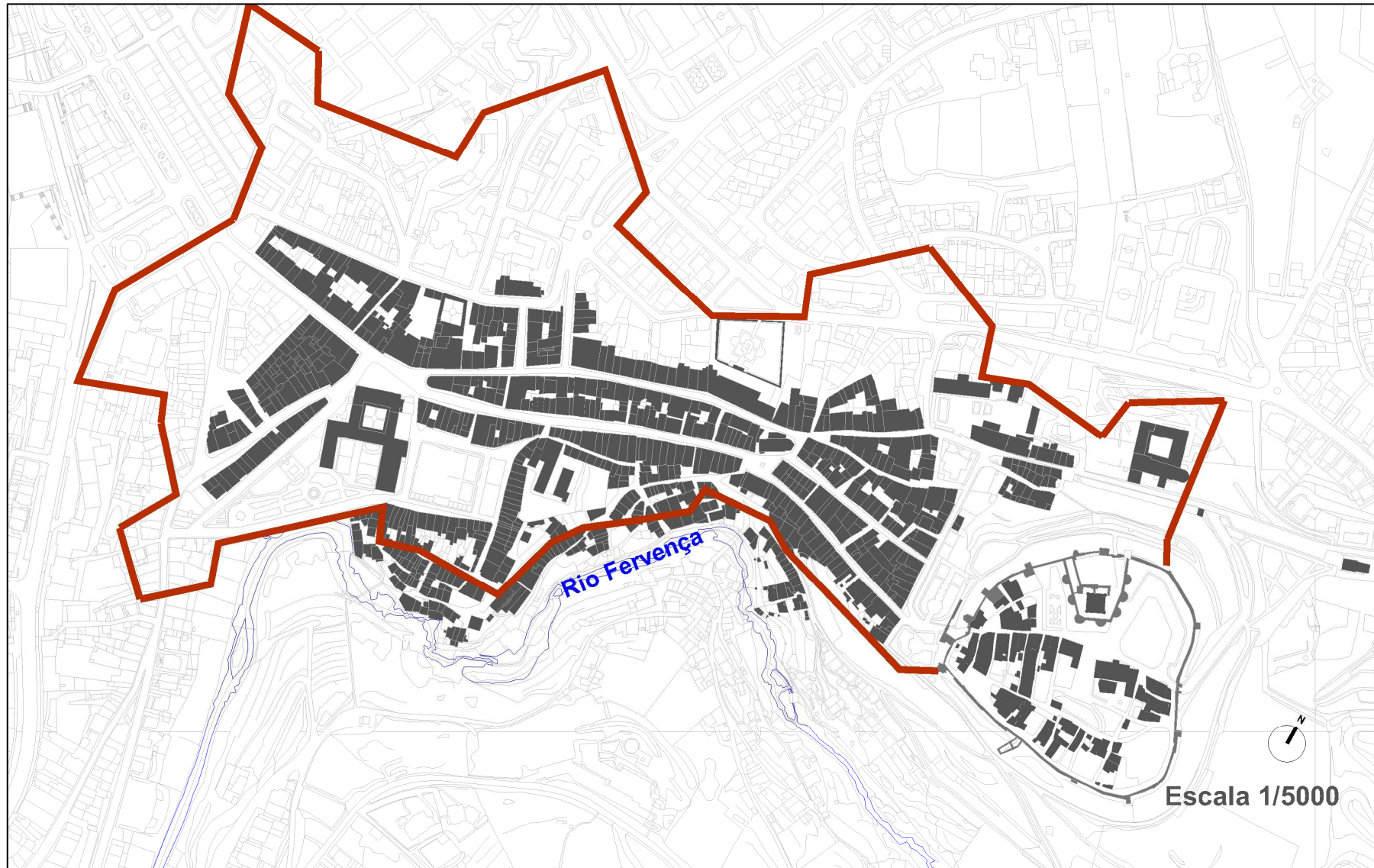


Imagem 20 – Hipótese do traçado da Muralha Setecentista

Existem, ainda, registos indicadores da destruição da Igreja de São Sebastião e de que os limites do Mosteiro de São Bento e do Convento de Santa Clara foram afectados pela construção da muralha. A Igreja de São Sebastião voltaria a ser construído no local original de implantações após o término das operações militares que justificaram a destruição da primeira.

De acordo com os registos, este seria o possível traçado da muralha setecentista:

“(...) desde o Castelo, envolvendo os Conventos de São Francisco e São Bento, apontando em direcção ao Convento de Santa Clara, que rodeava, e chegava ao Toural no lugar do actual cemitério. Daí descia pela actual rua 5 de Outubro, tomando, a meio, a direcção do rio Fervença para se ligar aos Batocos. Deste ponto seguia em direcção à cadeia, no largo de São Vicente, e acompanhando o Caminho da Vila ligava novamente ao Castelo.”¹³

Esta descrição define um perímetro plausível, onde tiveram que ser abertas algumas portas, nomeadamente a porta dos Oleiros, as portas da Rua do Cabo, a porta da Cadeia e o postigo do Colégio ou porta das Eiras.

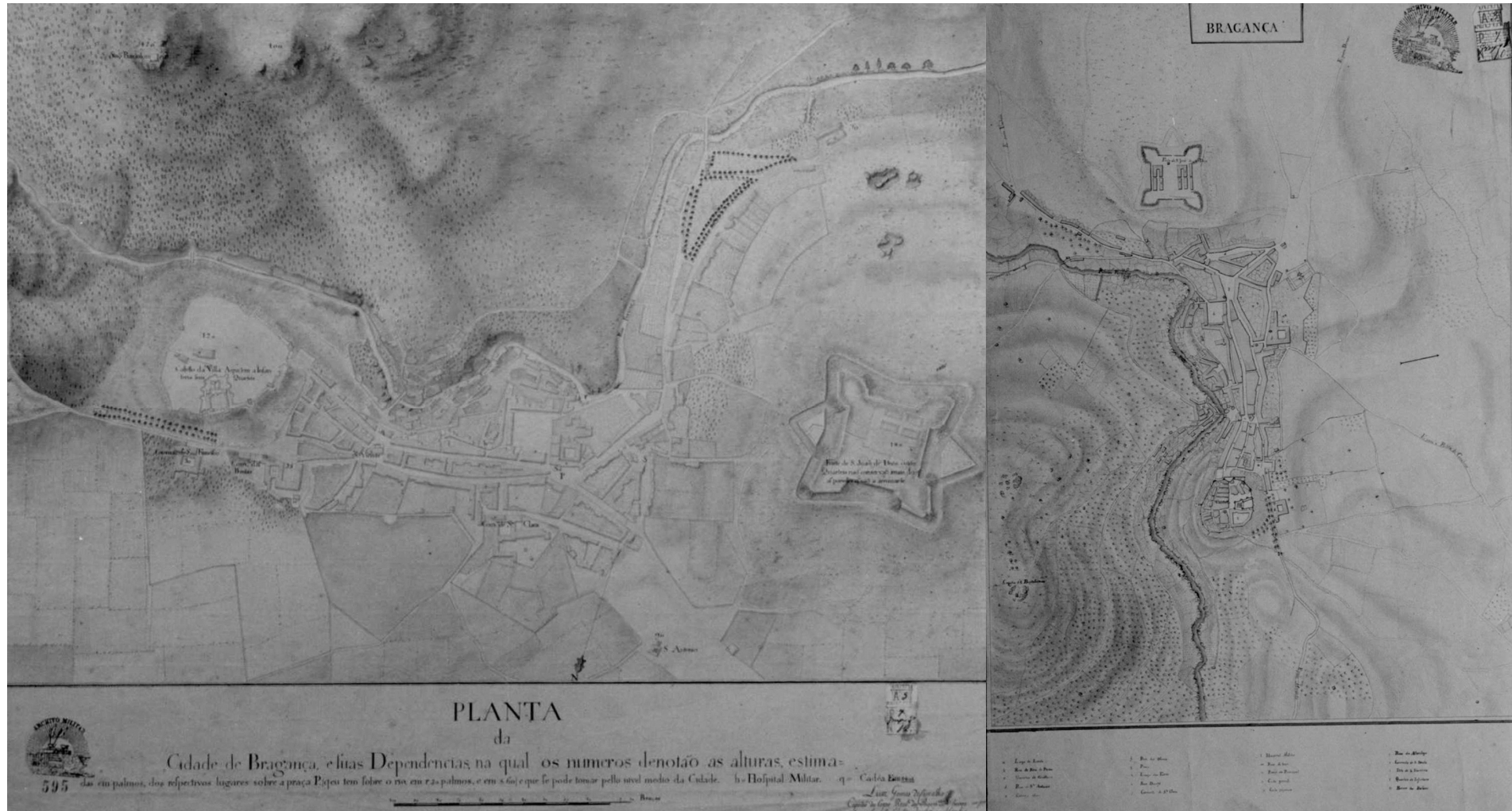
Entretanto e movidos pela valorização das ligações com o exterior surge também o bairro de Fora de Portas, desenhando um novo rumo para a expansão da cidade, que no futuro se revelou indicador de expansão.

Ainda no século XVII é construída a Igreja da Misericórdia^{xiii} junto ao Convento de Santa Clara, completando a Rua do Espírito Santo.

Juntamente com os Conventos de São Bento e São Francisco estabeleceu um novo eixo associado ao poder religioso.

No final do século XVII a organização da cidade passava pela sua estruturação de defesa. Avistavam-se dois conjuntos de muros, a Cidadela com a sua cintura defensiva já bem definida, ligada à muralha que englobava a cidade e no monte dos Oleiros o Forte de São João de Deus.

¹³ RODRIGUES, *op. cit.*, pp.471



Imagens 21 e 22 – Plantas da cidade de Bragança (à esquerda, 1801; à direita, 1810)

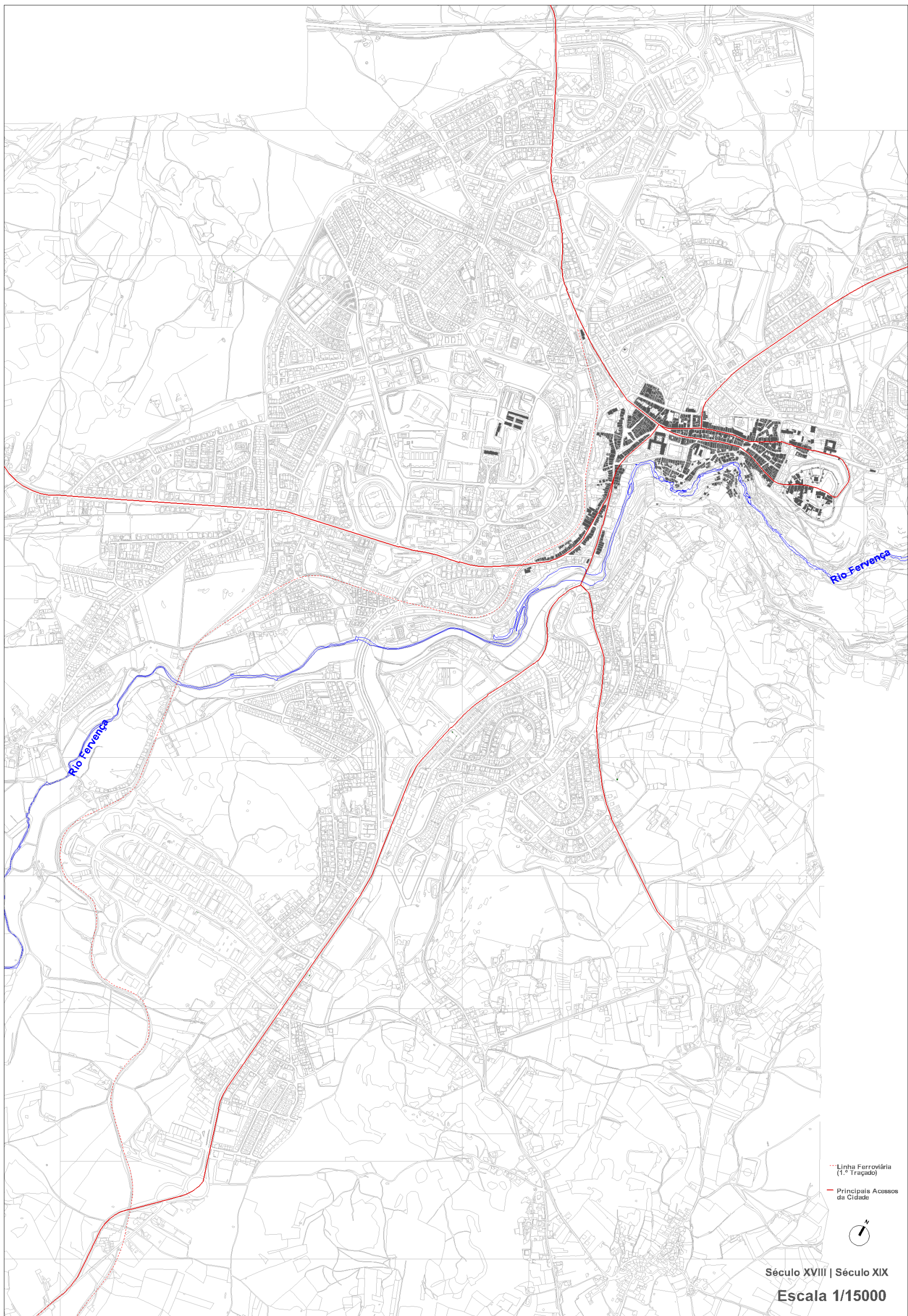


Imagem 23 – A cidade vai-se desenvolvendo ao longo dos seus acessos. Simultaneamente vai sendo desenhada pelo traçado da sua primeira linha férrea.

2.4. Século XVIII | Século XIX

A linha de fronteira portuguesa mantém-se aproximadamente a mesma desde o tratado de Alcanices. Só a ocupação de Olivença por Espanha, em 1801, deslocou ligeiramente a linha fixada em 1297. Apesar das várias crises sobretudo no campo industrial, pelas quais a cidade estava a atravessar, não estava entre as maiores preocupações a defesa da cidade.

No entanto, novos estímulos favoreceram a expansão da malha urbana da Cidade de Bragança. Entre elas a valorização da ligação com as povoações vizinhas tais como Sabor, Miranda, Chaves, Vinhais, Mirandela e Vila Real, justificando o crescimento da cidade com maior incidência no sentido sul e oeste.

A estruturação viária da zona adjacente à muralha, entre a porta dos Oleiros e a porta da Rua do Cabo, também favoreceu o desenvolvimento urbanístico. A importância destas Portas deveu-se muito à presença próxima do Forte de São João de Deus, que incentivou à criação de novas ligações ao novo ponto representativo do poder militar e político. Mas em 1762, durante a invasão espanhola-napoleónica, grande parte da estratégia militar do exército espanhol passou pela destruição de fortificações e quartéis, inclusive, do Forte de São João de Deus. Existiram várias propostas, posteriores, para a sua reconstrução, no entanto nunca foram executadas.

Posteriormente, o espaço junto à estacada foi sendo ocupado por construção e por ruas, tais como a Rua do Norte, a Caleja do Forte e a Rua de Santo António. Esta última surge sob um troço de muralha demolido que por ali passava, cujos registos apontam para 1790. Os terrenos agrícolas ali presentes que pertenciam à Câmara ficaram sujeitos à pressão urbanística

de uma cidade em crescimento, logo, são colocados à venda em lotes atribuídos à construção. A lógica do desenvolvimento indica, novamente, *ligações-chave*, entre os equipamentos especiais da cidade, tendo sempre como norma a ligação à Cidadela. O equipamento que surge mais afastado da Cidadela é a da Igreja de Nossa Senhora do Loreto^{xiv}, cuja importância é acrescida pelo facto do Hospital se instalar numa construção anexa à Igreja. A ligação desta igreja ao centro cívico foi ladeada por novas construções e ramificou-se em caminhos, entre eles o que levava à ponte das Quintelas e à capela do Senhor dos Aflitos^{xv}, sendo progressivamente estimulada a relação da cidade com o exterior.

Após o domínio filipino, durante o qual a cidade não tinha importância militar, nem religiosa, assiste-se gradualmente a um maior dinamismo e crescimento urbanos. Destaca-se a importância dos moinhos e, principalmente, da produção da seda, como grande fomento económico desta sociedade, ainda que complexa, muito ruralizada.

No entanto, depois de um período de prosperidade no qual Bragança tinha-se tornado centro administrativo, militar, económico, religioso e cultural, e se tinha, inclusive mais afirmado e ganho maior projecção, é esta mesma actividade que arrasta a cidade para uma situação de crise.

Durante a primeira metade do século XIX, as invasões napoleónicas e a guerra civil entre liberais e absolutistas desorganizaram e empobreceram o Reino. As técnicas e instrumentos de trabalho mantinham-se praticamente idênticos aos do século XVIII, ao contrário do resto da Europa onde decorriam grandes progressos e se assistia a significativas inovações técnicas.

Imagem 24 – Antiga Estação Ferroviária, actual Estação Central de Camionagem

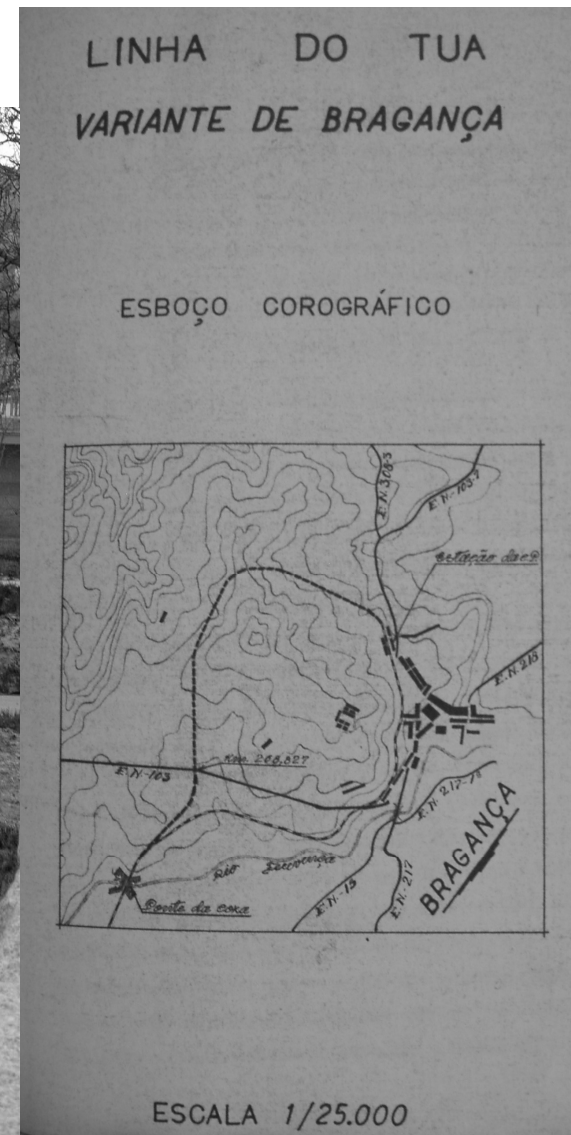


Imagem 25 – Esboço dos dois Traçados que a Ferrovia dispôs na Cidade